

DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO DAS EMPRESAS NO SETOR DE COMUNICAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Autor: Gabriel Carvalho da Silva
Orientador: Fabrício Afonso de Souza

Curso: Ciências Contábeis Período: 8º Área de Pesquisa: Auditoria

Resumo: O presente estudo teve por objetivo identificar as informações relativas à gestão de risco e controle interno evidenciadas pelas empresas do setor de comunicação listadas na BM&FBovespa, em suas notas explicativas. A metodologia de pesquisa utilizada foi do tipo descritiva quanto aos seus objetivos. O procedimento técnico de pesquisa foi documental e quanto à abordagem do problema, uma pesquisa de caráter qualitativa e quantitativa. A coleta de dados se deu através das informações divulgadas na *home page* das organizações do setor de comunicação, principalmente no que se refere às notas explicativas das demonstrações contábeis do ano de 2019. Conclui-se que as empresas listadas evidenciaram em partes em suas notas explicativas informações referentes a gestão de riscos e controle interno. Ressalta-se que os itens responsabilidade de controle interno e quadro de controles internos não foram evidenciados por nenhuma empresa.

Palavras-chave: *Disclosure*. Controle Interno. Gestão de Risco.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade tem por finalidade gerar informações aos usuários internos e externos da sociedade, no intuito de auxiliá-los na tomada de decisão. Tais informações são divulgadas por meio de demonstrações contábeis, notas explicativas, relatórios da auditoria. Para Dalmácio e Paulo (2004), elas devem ser relevantes, úteis, precisas e fornecidas em tempo hábil para atender as diferentes necessidades informacionais de cada usuário.

Entre as necessidades informacionais, encontra-se a projeção de risco, no qual a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Estrutural Conceitual estabelece normas que contribuem para a eficiência econômica, ajudando os investidores a identificar oportunidades e os riscos de mercado, cuja divulgação em relação ao risco, torna favorável à avaliação da organização, dado que a definição de risco compreende a incapacidade de se prever fluxos de caixa (AMORIN; LIMA; MURCIA, 2012). Portanto, segundo Elshandidy, Fraser e Hussainey (2013), a divulgação desse tipo de informação nos relatórios contábeis, permite os gestores, reduzirem a assimetria informacional, ao divulgar ao mercado sua capacidade de identificar, mensurar e gerenciar o risco. Tais

informações, viabilizam maior captação de recursos ao permitir avaliação mais eficiente da empresa por parte dos investidores.

Attie (2011), argumenta que a relevância da informação contábil está relacionada ao controle interno e a gestão de risco, em que o controle interno dispõe empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes” (ATTIE, 2011, p. 195). Visto que o controle interno e a gestão de riscos são mecanismos importantes dentro das organizações, as empresas devem evidenciar informações que mostrem segurança aos usuários.

À vista disso, Dantas, Zendersky e Niyama (2004, p. 2) afirmam que as empresas devem “[...] divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando-se ainda aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários”, impactando na transparência e a visibilidade dessas empresas no mercado de capitais, no qual refere-se a dados relevante e de observância dos acionistas e possíveis investidores.

Nesse contexto, destaca-se o desenvolvimento dos métodos de evidenciação ou *disclosure*, em que surgiu como uma intenção de integrar elementos financeiros contábeis, sejam eles, os recursos, as obrigações, as despesas e as receitas, nos relatórios financeiros geradas pela contabilidade. Contudo estas informações podem ser formais ou informais, qualitativas ou quantitativas, obrigatórias ou voluntárias, onde é importante tanto o desenvolvimento e o aprimoramento das técnicas contábeis, quanto o desenvolvimento e o aprimoramento do processo de *disclosure* de tais informações (PIRES; SILVEIRA, 2008).

No contexto corporativo, o *disclosure* está intimamente relacionado ao conceito de transparência, dado que representa o fato de maior cobrança das empresas listadas no mercado de capitais, ou seja, que possui ações em bolsas de valores, visando a credibilidade do negócio para os acionistas e possíveis investidores. Segundo Goulart (2003), o *disclosure* deve ser entendido como a abertura de informações da empresa capaz de garantir a transparência para os integrantes do mercado. Por outro lado, o autor argumenta que ele, deve abranger informações positivas e negativas que as tornem evidentes.

A auditoria tem um papel importante no processo de elaboração das demonstrações financeiras antes das mesmas serem divulgadas, sendo capaz de encontrar e corrigir as inconsistências, reforçar a confiabilidade das demonstrações financeiras e do controle interno das empresas, fornecer mais segurança aos usuários e reduzir os riscos (SANTOS & GRATERON, 2003; BORTOLON, NETO & SANTOS, 2013 E BORGES, NARDI & SILVA, 2017). Reformando a ideia de que a auditoria tem papel relevante em diversas áreas da empresa, contudo visa principalmente no fornecimento de dados que auxiliam os gestores em suas decisões (SILVA; VIEIRA; 2015).

À vista disto, o número de pesquisas elaboradas acerca do assunto *disclosure* nos últimos anos tem aumentado, reflexo da necessidade de maior transparência nas demonstrações contábeis, sendo um dos temas bastante discutido em todas as regiões do mundo, advindo dos escândalos contábeis que surgiram em relação a grandes companhias nos Estados Unidos (COUTO, 2015). Tornando o mercado de capitais por sua vez globalizado e competitivo,

proporcionando maior grau de relação comercial entre as empresas e países distantes, demandando maior segurança e proteção dos recursos investidos nas transações à distância; ressaltando que, o mercado de capitais, está cada vez mais exigente quanto às informações a serem descritas nas notas explicativas das demonstrações contábeis das organizações, buscando maior quantidade e qualidade das informações divulgadas pelas organizações (LANZANA, 2004).

A demanda por informações sobre *disclosure*, leva em o pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00 (R2) Capítulo 1, item 1.2 que determina que o relatório financeiro para fins gerais tem por objetivo “fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade”. Diante do exposto, este estudo visa responder o seguinte questionamento: **Quais informações relativas à gestão de riscos e a controle interno são evidenciadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa em suas notas explicativas?**

O presente estudo teve por objetivo identificar as informações relativas à gestão de risco e controle interno evidenciadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa do setor de comunicação, em suas notas explicativas. Para tal, este estudo, teve por base os itens de análise propostos por Emanuels, Hermes e Hooghiemstr (2010), no qual expressa as informações de *disclosure* da gestão de riscos e controle interno, conforme o estudo elaborado por Beuren, Dallabona e Dani (2011). Os autores acreditam que as companhias abertas com ações em bolsa de valores, possuem compromisso maior com a transparência da gestão, sendo assim, preocupam mais com o *disclosure* voluntário, visando particularmente atender as exigências de informações dos investidores ou possíveis interessados no mercado.

O método de desenvolvimento deste estudo, teve por base a pesquisa realizada por Beuren, Dallabona e Dani (2011), do tipo descritiva e por técnica de coleta de dados a análise secundária de documentos, com abordagem qualitativa e quantitativa e por unidade de análise o setor financeiro de comunicação listada na BM&FBovespa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 *Disclosure* em demonstrações financeiras

Iudícibus (2006, p.123), acredita que “[...] o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”. Nesse contexto, Aquino e Santana (1992) afirmam que a evidenciação é a relação entre os postulados/princípios contábeis e os objetivos da contabilidade, compondo-se o meio no qual permite alcançar seus objetivos.

Na visão de Leuz e Wysocki (2008) os assuntos levantados acerca da divulgação de relatórios financeiros, em todo o mundo, são reflexos dos escândalos corporativos e às crises internacionais financeiras, à convergência, em diversos países do mundo, aos padrões contábeis das Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS) e à crescente internacionalização de mercados de capitais. Contudo, o *disclosure* das demonstrações financeiras

representa uma das formas mais importantes para apresentar o desempenho da administração, também refere-se ao modo de comunicação dos gestores, seja com os seus acionistas ou com o mercado em geral, auxiliando-os nas tomadas de decisões;

Mediante o processo de disclosure, conforme Malacrida e Yamamoto (2006), a contabilidade visa atender a seus usuários, ao passo que os fatos econômicos relevantes são divulgados de forma adequada, justa e plena, seguindo procedimentos contábeis uniformes e consistentes e de uma linguagem compreensível, que a torna acessível. No tratamento das informações é que a contabilidade pretende atender os respectivos usuários, a proporção que os fatores econômicos relevantes são divulgados de forma adequada, justa e plena, seguindo os procedimentos contábeis usuais na organização de modo consistente e uniforme (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

Para tanto, é necessário que ao divulgar informações financeiras, os profissionais contábeis levem em consideração a clareza destas, evidenciando o que de fato são relevantes a compreensão das demonstrações financeiras, por meio do qual apresentá-las em, parênteses, notas explicativas, quadros e demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório da administração (BEUREN, DALLABONA, DANI, 2011; HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999; IUDÍCIBUS, 2004). Enfatizando os itens de análise sobre gestão de risco e controle interno nas notas explicativas, Hendriksen e Van Breda (1999) descreve que as notas explicativas objetivam fornecer informações complementares, as que não foram possíveis de serem evidenciadas em outras demonstrações contábeis.

As quais estas permitem o alcance de informações qualitativas acerca das demonstrações contábeis, e em complemento as empresas podem aproveitar esse espaço para incluir dados quantitativos mais detalhados os que não foram possíveis divulgar em outros demonstrativos, por meio de quadros complementares (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; BEUREN, DALLABONA, DANI, 2011). Considera-se para fins deste estudo, que os itens de informações relativos à gestão de riscos e ao controle interno serão extraídos das notas explicativas publicadas pelas empresas que compõem a amostra de pesquisa.

2.1.2 Gestão de Riscos

As organizações estão expostas a impactos oriundos da volatilidade do mercado, dos clientes, dos credores, dos funcionários e de outros envolvidos nas operações. Haja vista, que o risco é inerente do negócio, de acordo com Santos (2002, p.3) “risco é a possibilidade de perda decorrente de um determinado evento. Perda para a empresa significa prejuízo, lucro menor, situações em que as operações transitam pelo demonstrativo de resultados, ou redução de ativos com contrapartida no patrimônio líquido.”

Neste aspecto, COSO (COMMITTEE..., 2004b) afirma que os agentes tendem gerar impactos negativos, ou seja, os riscos que impedem a criação de valor ou destroem o valor existente são denominados eventos com impacto negativo e positivos que representam as oportunidades que possibilitam a ocorrência de eventos, influenciam favoravelmente na realização dos objetivos e, também, auxiliam na criação de valor ou na sua preservação nas organizações. Entretanto, o emprego de métodos para gerenciamento de riscos estabiliza a situação financeira e operacional, o que possibilita estimar e avaliar

a experiência organizacional ou com o uso de dados estatísticos e probabilísticos (MARSHALL, 2002; COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE THEADWAY COMMISSION, 2007)).

Em consonância, Assaf Neto (2003), diz que, é imprescindível que os gestores realizem a análise das demonstrações financeiras, com intuito de amenizar os riscos inerentes da atividade. Ele acrescenta que, as decisões no ponto de vista gerencial a serem tomadas, refletem diretamente na captação e aplicação de recursos, tais como, investimentos, financiamento, etc. Além do mais, mediante esta análise econômico financeira, as organizações conseguem averiguar a situação interna e externa, gerar relatório do histórico, planejar o futuro mais promissor, visando novos caminhos e formas de direcionar recursos nas atividades de forma eficiente e eficaz.

Neste contexto, Martin, Santos e Dias Filho (2004) dialogam que conhecer os riscos é fundamental para a empresa, visto que aqueles os quais a mesma não tem domínio, são os que representam maior gargalo para a gestão. Além do mais, para que as empresas atinjam melhores resultados de gerenciamento de riscos, é essencial adotar controles internos que permitem reunir maior número de informações relevantes para o público alvo, haja vista que, quando as informações financeiras são evidenciadas de forma transparente, auxilia na gestão de risco (FERNANDES; SOUZA; FARIA, 2010).

Com isso, a gestão do risco tem sido relacionada com a geração de valor para o acionista. Segundo Padoveze (2003, p. 127), “o foco da gestão do risco é manter um processo sustentável de criação de valor para os acionistas, uma vez que qualquer negócio sempre está exposto a um conjunto de riscos. Para tanto, é necessário criar uma arquitetura informacional para monitorar a exposição da empresa ao risco.”

2.1.3 Controle Interno

Os controles internos são importantes instrumentos de estratégia para minimização dos riscos. Fernandes, Souza e Faria (2010, p. 65) enfatizam que “no mundo corporativo os controles internos são utilizados como estratégia para a identificação, mensuração e mitigação dos riscos empresariais. Um adequado gerenciamento de controles internos é fundamental para melhor definir, avaliar e compreender a estrutura da empresa”.

Sendo assim, Attie (1992, p. 200) confirma que “a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações propostas”. Neste sentido, utilizar os relatórios de controles internos, está para além de trazer melhorias para as empresas, visto que podem fornecer aos usuários das demonstrações financeiras alertas sobre possíveis problemas resultantes de controles frágeis, ou alertá-los para a possibilidade de revisão de informações em demonstrações divulgadas anteriormente (ZHAGN; PANY, 2008).

Os controles funcionam como reguladores do comportamento humano nas organizações ao prevenirem ou detectarem a ocorrência de erros e fraudes. Dias (2006) reitera que a estrutura de controles internos de uma organização representa o conjunto de procedimentos ou atos que possibilitem segurança quanto aos aspectos lógicos e técnicos do processo, com a finalidade de garantir o cumprimento das diretrizes organizacionais.

O controle interno está ligado diretamente aos procedimentos da organização, fazendo parte das estratégias organizacionais das empresas. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT) 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (CFC, 2000c, p.162): 12 11.2.5.1 – O sistema contábil e de controles internos compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na produção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e de sua eficácia operacional.

2.2 METODOLOGIA

Este estudo é descritivo que segundo Gil (1988, p. 46) “têm por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis. Vergara (2002, p. 47) descreve que, “expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”.

Tendo por instrumento de coleta de dados, a coleta de dados documental secundária que, de acordo com Bertucci (2009, p. 62) refere-se a “documentos que já foram disponibilizados ao público, não importando sua extensão, informações disponíveis na internet, livros, artigos, jornais, documentos de empresa. Para tanto, este estudo visa utilizar os dados disponíveis na *home page* das organizações do setor de comunicação, principalmente no que se refere às notas explicativas das demonstrações contábeis do ano de 2019.

A unidade de análise deste estudo é setor de comunicação, visto que, sucede as dez principais empresas listadas na BM&FBovespa, de acordo com o site Capital Research em 2020. Integram os subsetores de Mídia, Telecomunicações e Telefonia Fixa, bem como empresas listadas nos segmentos Produção e Difusão de Filmes e Programas, Telecomunicações e Telefonia Fixa. As empresas do setor que detém maior número de ações são: Cinesystem, Oi, Telefônica Brasil, Tim, Telemar Norte.

Os itens objeto de análise tiveram por base o estudo de Beuren, Dallabona e Dani (2011), em que esses autores adaptaram o estudo de Emanuels, Hermes e Hooghiemstr (2010), adicionando dois itens à proposta elaborada pelos autores: risco de crédito e informações adicionais. Visando mostrar outros riscos demonstrados nos relatórios financeiros das empresas. Contudo, quanto a análise, este estudo, não pretende realizar a análise de clusters ou agrupamentos, como foi realizado no estudo base.

Este estudo tem por abordagem qualitativa e quantitativa, na visão de Martins e Theóphilo (2007, p. 103) reportam que “[...] o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, poderá empreender uma avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados quanto às informações relativas à gestão de riscos e controle interno evidenciadas pelas empresas listadas no setor econômico de comunicação da BM&FBovespa foram analisados com base na pesquisa de Beuren, Dallabona e Dani (2011), adaptado do estudo de Emanuels, Hermes e

Hooghiemstr (2010), onde nove itens de análise nortearam este estudo: risco estratégico e operacional; risco de mercado; risco de crédito; relatório de riscos financeiros; responsabilidade de controle interno; medidas de controle de riscos; quadro de controles internos; eficiência do controle interno; e informações adicionais sobre riscos.

TABELA 1: Itens de divulgação da gestão de riscos e do controle interno

Itens de análise	Descrição
Risco Estratégico e Operacional	Este item tem valor 1 se o relatório anual revela informações com relação aos riscos estratégicos e operacionais, e 0 caso não apresente. Exemplos de riscos estratégicos e operacionais incluem: ambiente, concorrência, desenvolvimento de produto, saúde e segurança, e a erosão da marca.
Risco de Mercado	Este item tem valor 1 se o relatório anual revela informações com relação aos riscos financeiros, e 0 caso não apresente. Exemplos de riscos financeiros incluem: taxa de juros, taxa de câmbio, liquidez.
Risco de Crédito	Este item tem valor 1 se o relatório anual revela informações com relação aos riscos de créditos, e 0 caso não apresente. Exemplos de riscos de crédito incluem: perda por incapacidade de pagamento, degradação da qualidade das garantias oferecidas pelo tomador de empréstimos, outros.
Relatório de Riscos Financeiros	Este item tem valor 1 se o relatório anual revela informações relativas aos riscos de relatórios financeiros, e 0 caso não apresente. Exemplos dos riscos de relatórios financeiros incluem: comprometimento, pensões, contabilidade, e avaliação de derivativos.
Responsabilidade de controle interno	Este item tem valor 1 se a administração reconhece explicitamente a sua responsabilidade pelo controle interno no relatório anual, e 0 caso não reconheça.
Medidas de controle de riscos	Este item tem valor 1 se o relatório anual revela informação relativa às atividades da empresa para controlar riscos, e 0 caso não apresente. Exemplo: Medidas de Proteção Coletiva (EPC); Medidas Administrativas ou de organização do trabalho; Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Quadro de Controles Internos	Este item tem valor 1 se o relatório anual revela informações sobre o quadro de controles internos, e 0 caso não apresente. Exemplo: Segregação de funções; definição da delegação de autoridade, , procedimentos para as aprovações e autorizações, parâmetros para medição e a quantificação do desempenho operacional.
Eficiência do controle interno	Este item tem valor 1 se o relatório anual apresenta opinião sobre a eficácia dos controles internos, e 0 caso não apresente. Exemplo: Resultados que comprovam a eficiência dos controles internos.
Informações adicionais sobre riscos	Este item tem valor 1 se o relatório anual apresenta informações adicionais sobre riscos não especificados anteriormente, e 0 caso não apresente. Ex: Todos riscos não analisados nos outros itens.

Fonte: Beuren, Dallabona e Dani (2011) adaptado de Emanuels, Hermes e Hooghiemstr (2010, p. 29).

Assim, buscando responder o problema deste estudo, foi disposta em forma de tabela, os dados coletados em notas explicativas das empresas do Setor de Comunicação, conforme evidencia a tabela 2, a seguir:

TABELA 2: Disclosure das informações sobre gestão de risco e controle interno pelas empresas

Subsetor	Empresas	Itens de Análise									Frequência Absoluta	Frequência Relativa
		1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Mídia	Cinesystem S. A.	1	1	1	1	0	1	0	0	1	6	67%
	Total	1	1	1	1	0	1	0	0	1	6	15%
Telecomunicações	Algar Telecom S/A	1	1	1	1	0	1	1	0	1	7	78%
	OI S. A.	1	1	1	1	0	1	0	0	1	6	67%
	Telec Brasileiras S. A.											
	Telebras	1	1	1	1	0	1	1	0	1	7	78%
	Telefônica Brasil S. A.	1	1	1	1	0	0	0	0	1	5	56%
	TIM Participações S. A.	1	1	1	1	0	0	0	0	1	5	56%
	TIM S.A	1	1	1	1	0	0	0	0	1	5	56%
	Total	6	6	6	6	0	3	2	0	6	35	85%
Telefonia Fixa	Telemar Norte Leste S/A (*)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TOTAL		7	7	7	7	0	4	2	0	7	41	100%

(*) Recuperação Judicial

Fonte: Adaptado de Beuren, Dallabona e Dani (2011)

Nota-se que o Setor de Comunicação apresentou dados semelhantes ao do estudo dos autores Beuren, Dallabona e Dani (2011), visto que, evidenciaram em partes em suas notas explicativas informações referentes a controle e gestão de riscos, mesmo sendo dados obrigatórios de divulgação.

O subsetor de comunicação – mídia, é composto por apenas uma única empresa a *Cinesystem S. A.*, esta apresentou cerca de 67% (sessenta e sete percentuais) de *disclosure* das informações sobre gestão de riscos e controle e interno. Em suas notas explicativas, não foi encontrado dados sobre responsabilidade de controle interno, no entanto percebe-se que indiretamente a empresa tem ciência da responsabilidade de se ter um controle interno, haja vista que divulga outras informações adicionais de riscos.

No subsetor de telecomunicações contém 6 (seis) empresas, destas 3 (três) se equivalem no percentual de *disclosure* de informações, correspondendo a 56% (cinquenta e seis percentuais). Neste setor as empresas com maior nível de divulgação das informações foram a Algar Telecom S/A e a Telec Brasileiras S. A. Telebras, se igualam em 78% (setenta e oito percentuais).

E no subsetor de telefonia fixa, não foi possível analisar, uma vez que a empresa Telemar Norte S.A, a única empresa que faz parte, não apresentou as demonstrações contábeis e suas notas explicativas, por estar em processo de recuperação judicial.

Levando em consideração somente as empresas que divulgaram suas notas explicativas, observa-se que os quatro primeiros itens de análise, que correspondem respectivamente: riscos estratégico e operacional; risco de mercado; risco de crédito e relatório de riscos financeiros, são unanimemente encontrados nas notas explicativas, realçando a preocupação destas com o mercado e o modo com que os acionistas vêem a empresas, visando sempre a transparência.

O item 5 (cinco) – Responsabilidade de controle interno, não foi encontrado em nenhuma das empresas do setor de comunicação, dado este que vem ao encontro das informações do estudo realizado por Beuren, Dallabona e Dani (2011), que em suas análises, também as empresas listadas no setor não divulgaram informações referentes a este item.

Analisando em conjunto os subsetores de comunicação, não é possível comparar da mesma forma que o estudo de Beuren, Dallabona e Dani (2011), no qual, verificou qual subsetor apresentou maior percentual de divulgação, porém, como o setor de comunicação possui um número menor de empresas, esta análise torna-se inviável. Haja vista que, o subsetor de telecomunicação foi o que apresentou em termos percentuais o *disclosure* de informações sobre gestão de risco e controle interno, que correspondeu a 85% (oitenta e cinco percentual) do total, reflexo de sua composição.

A tabela 3 mostra o ranking dos itens de *disclosure* de informação de gestão de riscos e controle interno adotados por Beuren, Dallabona e Dani (2011), de acordo com o número de empresas da amostra desta pesquisa que os evidenciaram nas notas explicativas de 2019, a saber:

TABELA 3: Ranking dos itens de informação da gestão de riscos e controle interno evidenciados

Itens de análise	Quantidade	Frequência
1 Risco Estratégico e Operacional	7	88%
2 Risco de Mercado	7	88%
3 Risco de Crédito	7	88%
4 Relatório de Riscos Financeiros	7	88%
5 Responsabilidade de controle interno	0	0%

6	Medidas de controle de riscos	4	50%
7	Quadro de Controles Internos	2	25%
8	Eficiência do controle interno	0	0%
9	Informações adicionais sobre riscos	7	88%

Fonte: Adaptado de Beuren, Dallabona e Dani (2011)

Conforme evidenciado na tabela 3 acima, das 8 (oito) empresas que compõem o setor de comunicação, 7 (sete) apresentaram em suas notas explicativas os itens de análise gestão de risco e controle interno, sendo eles: risco estratégico e operacional; riscos de mercado, risco de crédito, relatório de risco financeiros; informações de controle interno, correspondendo 88% (oitenta e oito percentual) cada item.

Os itens responsabilidade de controle interno, quadro de controles internos e eficiência do controle interno, apresentaram percentual de *disclosure* de informação inferior a 50% (cinquenta percentual). No entanto vale ressaltar, que os dois primeiros mencionados não foram evidenciados por nenhuma empresa. Estes achados justificam-se pelo fato de tais itens de informação sobre controle interno não serem considerados importantes na evidenciação das empresas, ao contrário do que é recomendado na literatura, conforme descrito no estudo de Beuren, Dallabona e Dani (2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *disclosure* possibilita ao usuário da contabilidade bases mais confiáveis para a tomada de decisão, reduzindo o grau de incerteza e a assimetria informacional das organizações, contribuindo tanto para a melhoria da eficiência do mercado de capitais (gestão de riscos), quanto para a melhor compreensão da informação contábil por parte dos seus diversos usuários.

O presente estudo teve por objetivo identificar as informações relativas à gestão de risco e controle interno evidenciadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa do setor de comunicação, em suas notas explicativas no ano de 2019. Para tanto, as informações contidas nas notas explicativas, foram classificadas conforme os itens propostos por Emanuels, Hermes e Hooghiemstr (2010), que expressam as informações de *disclosure* da gestão de riscos e controle interno, segundo o estudo elaborado por Beuren, Dallabona e Dani (2011).

As informações referentes a gestão de riscos e controle interno foram evidenciadas em partes nas notas explicativas divulgadas pelas empresas analisadas neste estudo, das quais nenhuma evidenciou os itens de responsabilidade de controle interno e quadro de controles internos.

Ressalta-se que, das 8 (oito) empresas analisadas, 7 (sete) evidenciaram em suas notas explicativas os itens de análise de gestão de risco e controle interno, correspondendo a 88% (oitenta e oito percentual) cada item, sendo eles: risco estratégico e operacional; risco de mercado, risco de crédito, relatório de riscos financeiros e informações de controle interno. Provando que a transparência é primordial para estas empresas.

Destaca-se que não foi possível comparar entre os subsetores de comunicação qual apresentou maior percentual de divulgação, uma vez que, os subsetores de Mídia e Telefonia Fixa possuem apenas uma única empresa, e também a empresa do subsetor de Telefonia Fixa não apresentou as

demonstrações contábeis e notas explicativas por estar em processo de recuperação judicial. Entretanto, salienta-se que o subsetor de telecomunicações apresentou o *disclosure* de informações sobre gestão de risco e controle interno, correspondente a 85% (oitenta e cinco percentual) do total, reflexo de sua composição. Neste setor as empresas com maior nível de divulgação das informações foram a Algar Telecom S/A e a Telec Brasileiras S. A. Telebras, que se quiparam em 78% (setenta e oito percentuais).

Como principal limitação de pesquisa, menciona-se a escolha de empresas pertencentes a apenas um setor econômico, o de comunicação. É relevante destacar que os resultados não podem ser generalizados para empresas de outros setores econômicos, sendo restritos às empresas que compuseram a amostra desta pesquisa. Outra limitação diz respeito ao quadro de referência utilizado na análise documental, já que outros modelos de evidenciação poderiam nortear a busca de dados.

5. REFERÊNCIAS

AMORIN, A. L. G. C., LIMA, I. S., MURCIA, F. D-R. (2012). Análise da relação entre as informações contábeis e o risco sistemático no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, 23(60), 199-211.

AQUINO, W.; SANTANA, A. C. **Evidenciação**. Caderno de Estudos, São Paulo: FIPECAFI, n.5, 1992.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico financeiro. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, W. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC)**: ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu. 1 ed., 2 reimpr, São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria, DALLABONA, Lara Fabiana e DANI, Andréia Carpes. *Disclosure* de informações sobre riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Economia e Administração**, v. 10, n. 1, p. 44-65, jan/mar.2011.

BORGES, V. P., NARDI, P. C. C. e SILVA, R. L. M. (2017). **Determinantes dos Honorários de Auditoria das Empresas Brasileiras de Capital Aberto**. Contabilidade, Gestão e Governança, 20(2), 216-230.

BORTOLON, P. M., SARLO NETO, A. e SANTOS, T. B. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, 24(61), 27-36.

BRASIL BOLSA BALCÃO (B3). **Classificação setorial**. http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/. Acesso em 05 de set/2020.

CAPITAL SEARCH. **Principais setores da bolsa**. Disponível em: <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/setores-da-bolsa/>. Acesso em 05 de set/2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 00 (R2) - **Estrutura Conceitual para relatório financeiro**, 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em 10 de out/2020.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. Enterprise risk management: integrated framework. New York: AICPA, 2004.

COUTO, Angelica Ferreira. Informação por segmento: um estudo das divulgações de empresas brasileiras de capital aberto. 2015. 47f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade de Rio Verde - UniRV, 2015.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CDROM.

DIAS, Sérgio V. S. **Auditoria de processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, F. C.; SOUZA, J. A. L.; FARIA, A. C. Evidenciação de riscos e captação de recursos no mercado de capitais: um estudo do setor de energia elétrica. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 1, p. 59–73, 2010.

ELSHADIDY, T., FRASER, I, & HUSSAINEY, K. (2013). **Aggregated, voluntary, and mandatory risk disclosure incentives: evidence from UK FTSE all-share companies**. *International Review of Financial Analysis*, 30(2013), 320-333.

EMANUELS, J.; HERMES, N.; HOOGHIEMSTR, R. *A cross-country study on the effects of national culture and institutional environment on internal control disclosure*. In: BENELUX CORPORATE FINANCE DAY, 2010, Holanda. **Annals...** Holanda: University of Groningen, 2010.

GOULART, A. M. C. Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil. 2003. 202 f. **Dissertação** (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HENDRIKSEN E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LANZANA, A. P. Relação entre *disclosure* e governança corporativa das empresas brasileiras. 2004, 165f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. **Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: a review and suggestions for future research**. 2008.

MARTIN, N. C.; SANTOS, L. R.; DIAS FILHO, J. M. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 7-16, jan./abr. 2004.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações da Bovespa. **Revista de Contabilidade & Finanças**, [S.l.], p. 65-79, set. 2006. (Ed. Comemorativa).

_____. Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, 2000c.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S. **A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração**. ConTexto, Porto Alegre, v. 8, n. 13, 2008.

SANTOS, A.; GRATERON, I. R. G. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, 14(32), 07-22.

SANTOS, Paulo Sérgio Monteiro dos. **Gestão de riscos empresariais: um guia prático e estratégico para gerenciar os riscos de sua empresa**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2002.

SILVA, Manuela Alvares; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques. Auditoria Interna: Uma ferramenta de gestão dentro das organizações. **Redeca**, v.2, n. 2. Jul- Dez. 2015 p. 1-20.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ZHANG, J.; PANY, K. Current research questions on internal control over financial reporting under Sarbanes-Oxley. The CPA Journal. V. 78, n. 2. Fevereiro de 2008.